

## **A ética e a moral hoje**

No século xx surgiu uma nova maneira de encarar as questões éticas e morais. A consciência, tal como era entendida na modernidade, deixou de ser o critério último de avaliação e cedeu lugar para a interpretação da linguagem.

Na primeira metade do século XX, filósofos tais como os representantes da Escola de Frankfurt (Horkheimer, Adorno. Benjamin, Marcuse) analisaram a crise da razão contemporânea, o "eclipse da razão". Para evitar os irracionalismos, queriam recuperar a razão não repressora, capaz de autocrítica e posta a serviço da emancipação humana. Esses filósofos utilizaram o conceito de Iluminismo em sentido amplo, não restrito ao período histórico da Ilustração, no século XVIII. Ou seja, um pensador iluminista pertence a qualquer tempo, na medida em que faz uso das luzes da razão para combater as superstições, o arbítrio do poder e para defender o pluralismo e a tolerância.

O filósofo Jürgen Habermas (1929), desenvolveu a teoria da ação comunicativa, conceito básico para a compreensão da chamada ética do discurso. Dessa tendência também fazem parte Karl-Otto Apel (1922) e Ernst Tugendhat (1930). A ética discursiva recorre à razão para sua fundamentação.

Embora sob a influência de Kant, o conceito de razão em Habermas não se reduz ao de razão reflexiva, mas é ampliado para uma concepção de razão comunicativa. Enquanto na razão kantiana o juízo categórico funda-se no sujeito e supõe a razão monológica, o sujeito em Habermas é descentrado, porque a razão comunicativa apoia-se no diálogo, na interação entre os indivíduos do grupo, mediada pela linguagem, pelo discurso. Evidentemente, a interação entre os sujeitos precisa ser feita sem pressões típicas do sistema econômico (que se baseia na força do dinheiro), ou do sistema político (que se funda no exercício do poder). Nesse sentido, no mundo da economia e da política os acordos são pactos, negociações em que prevalecem os interesses particulares e portanto a racionalidade instrumental.

Ao contrário, a razão comunicativa é mais rica por ser processual, construída a partir da relação entre os sujeitos, como seres capazes de posicionarem-se criticamente diante das normas. No entanto, a validade das normas não deriva de uma razão abstrata e universal nem depende da subjetividade narcísica de cada um, mas do consenso encontrado a partir do grupo, do conjunto dos indivíduos, em uma "situação ideal de fala". Assim, a subjetividade transforma-se em intersubjetividade, mais propriamente em intercomunicação. Vejamos o exemplo: a validade da norma "não roube" deveria estar fundada na razão comunicativa e resultaria do discurso interpessoal. A ação comunicativa supõe, portanto, o entendimento entre os indivíduos que procuram, pelo uso de argumentos racionais, convencer o outro - ou se deixar convencer - a respeito da validade da norma, até que ela possa ser universalizável: aceita por todos. Instaure-se, então, o mundo da sociabilidade, da espontaneidade, da solidariedade, da cooperação. Os oponentes da teoria habermasiana criticam a impossibilidade de se alcançar esse ideal. No entanto, a intenção não é realizar a utopia, mas ter o ideal como horizonte do discurso, ainda que inalcançável.